



Aprovada criação de área de desenvolvimento no sul do RS

Projeto, que segue à Câmara, prevê a integração da região menos desenvolvida do estado para atrair novos investimentos e reduzir o desequilíbrio econômico com o norte



Plenário do Senado durante a votação da proposta que cria a Região Integrada de Desenvolvimento na metade sul do Rio Grande do Sul para atrair novos investimentos

O Plenário do Senado aprovou ontem por unanimidade projeto que autoriza a criação de uma região integrada para o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul.

O autor da proposta, Lasser Martins, explica que a região é marcada pela profunda desigualdade em relação à outra metade do estado. Enquanto no norte o PIB per capita fica acima de R\$ 32 mil, no sul é de pouco mais de R\$ 20 mil.

A área deverá unificar serviços públicos e ações conjuntas entre os municípios para atrair empreendimentos e conter o êxodo populacional. **3**

Política Nacional de Busca de Desaparecidos vai a Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem um projeto que cria a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e reformula o atual Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. O texto segue para análise em Plenário.

O novo modelo cria um banco de informações públicas, acessível pela internet, com dados básicos sobre as pessoas desaparecidas, e dois bancos de informações sigilosas, um deles contendo perfil genético do desaparecido e da sua família. **4**



Reunião da Comissão de Constituição e Justiça em que foi aprovado o projeto

Projeto aprovado em comissão beneficia aeroportos regionais

A Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou ontem projeto que aumenta de 800 mil para 1,2 milhão de passageiros/ano o requisito para que aeroportos sejam considerados regionais. Isso garante que terminais

na Amazônia Legal continuem dentro do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, que beneficia aeroportos de médio e pequeno portes. O texto agora segue para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos. **6**

Sérvia e três nações africanas terão novos embaixadores **3**

Abertura de empresa pela internet passa em colegiado **5**

Comissão aprova acordos de defesa com Espanha e Cabo Verde **7**

Marcada para terça votação de relatório de MP das Loterias **2**

Agência Nacional de Mineração vai ter novo diretor-geral **5**



Distribuidoras não serão multadas se falha decorrer de eventos como seca

Avança punição a empresas por interrupção de energia

A Comissão de Infraestrutura aprovou ontem projeto que obriga as distribuidoras de energia elétrica a pagar multa aos usuários quando houver interrupção de serviços. A proposta, de Ronaldo Caiado,

segue para o Plenário. Pelo texto, a multa pode ser convertida em crédito na conta de luz no prazo de três meses. Emenda prevê a criação de fundo para expandir gasodutos para todas as capitais. **5**

Adiada votação de proposta que muda Lei das Telecomunicações

Passou para a semana que vem a votação, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, de projeto que altera o Marco Legal das Telecomunicações. O pedido de vista coletiva ocorreu depois da leitura do relatório favorável de Flexa

Ribeiro. Na opinião de alguns senadores, são pontos controversos a anistia de multas e a dispensa da devolução à União, ao fim das concessões, de parte do patrimônio que as empresas vêm usando e gerindo desde a privatização. **7**

Comissão mista vota na terça-feira MP das Loterias

Senador Flexa Ribeiro apresentou ontem seu relatório ao colegiado que analisa a medida provisória que muda destinação de recursos das loterias, beneficiando as áreas de cultura, esporte e segurança

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória das Loterias votará o relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) na terça-feira. Apresentado ontem, o relatório para a MP 846/2018 teve vista coletiva concedida pelo presidente da comissão, deputado Evandro Roman (PSD-PR).

A MP das Loterias foi editada em agosto para substituir a MP 841/2018, que perdeu a validade. O novo texto foi elaborado pelos Ministérios da Cultura e do Esporte após pressão de entidades dos dois setores, pois a MP anterior diminuía os repasses das loterias para cultura e esporte e aumentava os recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O governo explica que a MP das Loterias vai repassar anualmente cerca de R\$ 1 bilhão para segurança pública, R\$ 630 milhões para esporte e R\$ 443 milhões para cultura.

Segundo Flexa Ribeiro, foram ouvidos integrantes do governo e especialistas nos setores envolvidos. Ele destacou que a audiência pública promovida na terça-feira pela comissão foi importante para a elaboração do relatório.

O senador informou que foram apresentadas 41 emendas, das quais foram aproveitadas 12, de forma total ou parcial. A MP determina, por exemplo, que o FNSP receba 9,26% da renda das loterias em 2018. A partir do ano que vem, o percentual cai para 6,8%. No relatório, Flexa propõe 11,49% neste ano e 2% a partir de 2019.

Já o Fundo Nacional de Cultura (FNC), de acordo com a



Relatório de Flexa Ribeiro foi lido em reunião dirigida por Evandro Roman

MP, terá direito a 2,92% dos repasses das loterias em 2018. A partir do ano que vem, essa participação cairá para 2,91%. Conforme sugestão de Flexa, a transferência será de 1% em 2018 e em 2019.

A MP reduz o valor destinado ao pagamento de prêmios aos apostadores. A partir de 2019, o percentual cai de 50% para 43,79%. No relatório, porém, o percentual fica em 37,61% em 2018 e passa para 55% a partir do ano que vem.

Esporte

A MP também estabelece que a participação do Ministério do Esporte na arrecadação das loterias será de 3,5% em 2018 e 3,53% a partir do ano que vem. Já no relatório de Flexa, o percentual será de 10% em 2018, caindo para 3,1% a partir de 2019. Pelo texto enviado pelo governo, a cota do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) é de 1,63% em 2018 e de 1,73% a partir do ano que vem. Já no relatório de Flexa, o percentual de 1,63% não sofre alteração a partir de 2019.

O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) fica com 0,96% — percentual que permanece a partir do ano que vem.

Duas entidades sociais também são beneficiadas pela MP: a cada ano, a renda de dois concursos da Loteria Esportiva deve ir para a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e para a Cruz Vermelha. Já no relatório, Flexa destinou a renda de três concursos ao ano para entidades sociais, incluindo a Federação Nacional das Associações Pestalozzi como beneficiária.

Educação

Para as secretarias estaduais, distrital e municipais de Educação, Flexa sugere o repasse de 1,53% do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos. A estimativa é que sejam destinados, pelo menos, R\$ 200 milhões por ano, a título de prêmio, em benefício das escolas que alcançarem os resultados propostos pelo Ministério da Educação.

Eleita governadora, Fátima promete honrar votos recebidos

Fátima Bezerra (PT-RN) prometeu ontem honrar a confiança do povo do Rio Grande do Norte, que a elegeu governadora. A senadora prometeu também muito trabalho, dedicação, seriedade, ética, transparência e espírito público em sua atuação.

Ela lembrou que o estado enfrenta uma séria crise fiscal e financeira, o que exige o esforço e a colaboração de todos os segmentos sociais.

— Por isso quero dizer ao povo do Rio Grande do Norte que vou acordar todos os dias sabendo que tenho um imenso trabalho a fazer.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Proposta de Lasier considera terrorismo destruir patrimônio

Lasier Martins (PSD-RS) defendeu sua proposta de incluir na Lei Antiterrorismo, de 2016, os itens vetados pela então presidente Dilma Rousseff. O senador lembrou que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) decidiu ontem realizar uma audiência pública sobre o assunto.

Ele disse que o projeto considera terrorismo a destruição de patrimônio público ou privado, mas não criminaliza os movimentos sociais, que têm o direito de protestar.

— Que seja admitido como conduta terrorista incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado.

Eduardo Lopes pretende estimular contratação de idosos

Eduardo Lopes (PRB-RJ) manifestou ontem preocupação com o número de trabalhadores com mais de 45 anos que encontram dificuldade para voltar ao mercado.

O senador pediu apoio a projeto dele que estimula a admissão de trabalhadores nessa faixa etária. Lopes sugere uma escala de cotas de funcionários idosos de acordo com o tamanho da empresa, a ser compensada pela redução das contribuições sociais.

— Esperamos que as empresas contratem mais, assegurando-lhes direitos sociais e proteção previdenciária.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Duas medidas provisórias sobre museus são prorrogadas

Duas medidas provisórias que tratam da preservação dos museus tiveram a vigência prorrogada por mais 60 dias. Os atos de prorrogação das MPs foram publicados ontem no *Diário Oficial da União*.

A MP 850/2018 autoriza a criação da Agência Brasileira de Museus, em substituição ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram — Lei 11.906, de 2009), que será extinto.

A medida foi editada em 10 de setembro, oito dias após o incêndio que destruiu o

Museu Nacional, localizado na Quinta da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro.

Já a MP 851/2018 — que foi editada em conjunto com a MP 850 — permite a criação de fundos patrimoniais, para estimular doações privadas a projetos de interesse público em áreas como educação, ciência, pesquisa e cultura.

Ambas as MPs aguardam a instalação das respectivas comissões do Congresso encarregadas de analisar os textos. Depois, vão a votação na Câmara e no Senado.

Senado vai atualizar Índice de Transparência do Legislativo

O Senado deve lançar no próximo ano a segunda versão do Índice de Transparência do Poder Legislativo (ITL), para permitir que os sites das Casas legislativas sejam também avaliados quanto à usabilidade e à linguagem de fácil compreensão.

Lançada em 2015 pela Secretaria da Transparência do Senado, a ferramenta permite que o cidadão avalie o nível de transparência legislativa a partir de critérios estabelecidos na Constituição, na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 2011) e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000), além de parâmetros da União Interparlamentar. O índice vai de zero a um — em que zero indica nenhuma transparência e um, transparência máxima.

Segundo o coordenador-geral da Secretaria da Transparência e criador do índice, Marcos Ruben de Oliveira, as sugestões foram apresentadas por organizações da sociedade civil que têm utilizado a ferramenta. Ele lembra que o conceito de usa-

bilidade refere-se à facilidade que um usuário encontra para usar o site e encontrar as informações que procura. Quanto mais rápido e fácil a informação é encontrada, diz, maior a usabilidade do site. Outro ponto, segundo ele, é a linguagem.

— Clareza na linguagem é um ponto que a gente quer abordar na avaliação da transparência legislativa. O desafio é pegar a questão da linguagem e transformar em uma métrica.

Conselho

Os novos itens serão submetidos ao Conselho de Transparência e Controle Social do Senado.

O Senado foi a primeira Casa legislativa a aplicar o ITL, composto por quatro dimensões de análise, cada uma delas com subdimensões e indicadores. Ao todo são 68 indicadores organizados de acordo com as seguintes dimensões: transparência legislativa, transparência administrativa, participação e controle social e aderência à Lei de Acesso à Informação.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão destinada a discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Vai à Câmara criação de região integrada no RS

Projeto aprovado por unanimidade ontem no Plenário prevê a união da metade sul do estado para atrair investimentos e diminuir o desequilíbrio em relação ao norte

O SENADO APROVOU ontem por unanimidade o projeto que autoriza a criação de uma região integrada para o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul. A intenção é definir critérios para a unificação de serviços públicos, incluindo tarifas, fretes e seguros. Também entram no programa linhas especiais de crédito e incentivos fiscais para atividades produtivas prioritárias. O PLS 129/2018 — Complementar segue para a Câmara.

O autor da proposta que cria a Região Integrada de Desenvolvimento (Ride), senador Lasier Martins (PSD-RS), explica que a região é marcada pela profunda desigualdade entre as metades norte e sul. De acordo com a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), existe uma diferença significativa na renda entre as duas metades: no norte, o PIB per capita é de R\$ 32.590,94 e no sul, o valor é de R\$ 20.640,55.



Ao lado do autor, Lasier Martins (C), e do relator, Paulo Paim (E), Ana Amélia defende o projeto

O parlamentar afirma que a Ride poderá diminuir o desequilíbrio entre as diferentes partes do estado e ajudar no crescimento de municípios como Guaíba, Uruguaiana, Livramento e Dom Pedrito. Para Lasier, a Ride estimulará empreendimentos, contendo

o êxodo populacional verificado nos últimos anos.

O projeto autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Administrativo que coordenará as atividades da Ride. A proposta também identifica as origens dos recursos dos programas e projetos

e determina que a União, o estado e os municípios poderão firmar convênios e contratos entre si.

Relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Paulo Paim (PT-RS) observou que a criação de regiões integradas de desenvolvimento é uma forma de estimular ações conjuntas entre municípios, estados e o governo federal para melhorar as condições econômicas e sociais da população local. A proposta também foi apoiada e elogiada por Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Bauer (PSDB-SC).

Congresso

Na sessão de ontem, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, convocou sessão do Congresso para terça-feira, às 14h, para a apreciação de vetos e projetos de lei.

Também na terça, às 10h, haverá uma sessão solene do Congresso em homenagem aos 30 anos da Constituição.

Eduardo Barbosa é aprovado para embaixador do Brasil na Sérvia

Por votos 38 favoráveis, 2 votos contrários e 1 abstenção, o Plenário aprovou ontem a indicação do diplomata Eduardo Barbosa para embaixador do Brasil na Sérvia e em Montenegro.

Entre as funções que Barbosa desempenhou no Itamaraty, destacam-se a de encarregado de Negócios na Embaixada em Rússia e a de embaixador

na Argélia. A indicação foi relatada pela senadora Ana Amélia (PP-RS).

A República da Sérvia, que formava a antiga Iugoslávia com Eslovênia, Montenegro, Bósnia e Herzegovina, Croácia e Macedônia, faz fronteira com Albânia, Romênia, Bulgária e Hungria. Sua população está estimada em mais de 7 milhões de habitantes. O

país constitui uma república parlamentarista. Atualmente, é candidato oficial à adesão à União Europeia.

O Brasil manteve relações historicamente amigáveis com a Iugoslávia e esse legado de proximidade ainda hoje condiciona o relacionamento com a Sérvia. O Brasil jamais fechou sua embaixada na capital, Belgrado, mesmo du-

rante a Guerra dos Balcãs e os bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 1999.

Este ano estão sendo celebrados os 80 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. O grupo parlamentar de amizade com a Sérvia foi criado em 2013 e reuniu-se duas vezes.

Confirmado representante do Brasil na Etiópia

O Plenário aprovou ontem a indicação do diplomata Luiz Villarinho Pedroso para chefiar a embaixada do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia. O posto também acumula as relações brasileiras com a República do Djibuti e a República do Sudão do Sul, ambos vizinhos da Etiópia, que ocupa a maior parte da região conhecida como Chifre da África, no noroeste do continente.

O futuro embaixador foi sabatinado em julho pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Na ocasião, Villarinho citou a área de energia de biomassa como promissora para a cooperação entre o Brasil e a Etiópia. Ele explicou que o país africano tem um acordo com a Grã-Bretanha no setor ao qual o Brasil pode se juntar, por meio da Embrapa.

Villarinho já trabalhou nas representações diplomáticas no Panamá, na Espanha, no Líbano, em Trinidad e Tobago, na Síria, na Bélgica e na Grécia. Será embaixador pela primeira vez. Seu nome foi aprovado com 43 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção.

Patrícia Maria Lima é escolhida embaixadora brasileira no Sudão

A indicação da diplomata Patrícia Maria Oliveira Lima para o cargo de embaixadora do Brasil no Sudão foi aprovada ontem em Plenário por 52 votos favoráveis e 1 voto contrário. A indicação foi relatada por Ana Amélia (PP-RS).

Entre as funções desempenhadas pela diplomata, destacam-se a de chefe da Assessoria Internacional da

Controladoria-Geral da União (CGU) e de ministra na embaixada no Kuwait.

O Sudão é o terceiro maior país da África, mesmo após ter perdido 25% de sua área territorial com a secessão do Sudão do Sul, em 2011. Possui aproximadamente 37 milhões de habitantes. Em 2017, seu produto interno bruto (PIB) foi, segundo o Fundo Mone-

tário Internacional (FMI), de US\$ 119 bilhões e o PIB per capita, de US\$ 3.186.

O Sudão é uma república presidencialista, com 97% da população de religião islâmica. A capital do país é Cartum. Apesar de Brasil e Sudão terem estabelecido relações diplomáticas em 1968, elas adquiriram maior dinamismo neste século.

Os longos conflitos civis entre o norte e o sul do país (1955-1972 e 1983-2005) constituíram entrave ao adensamento das relações bilaterais.

Em 2004, o Sudão abriu embaixada residente em Brasília, a primeira do país na América do Sul.

Em reciprocidade, o Brasil estabeleceu embaixada em Cartum, em 2006.

Representação nacional em Moçambique terá novo titular por 3 anos

O diplomata Carlos Alfonso Iglesias Puente foi aprovado ontem pelo Senado para representar o Brasil como embaixador em Moçambique e, cumulativamente, na Suazilândia e em Madagascar. Com

41 votos favoráveis, o ministro de segunda classe da carreira do Ministério das Relações Exteriores deverá ocupar por três anos a embaixada brasileira.

Puente é mineiro de Poços de Caldas e entrou no Minis-

tério das Relações Exteriores em 1985.

Em 1994 concluiu mestrado em ciência política na Universidade de Toronto, no Canadá, onde foi cônsul-adjunto.

Já trabalhou nas represen-

tações do Brasil na Espanha, na Bolívia, em Angola e na África do Sul, além de ter participado em diversas missões diplomáticas brasileiras. Será seu primeiro cargo como embaixador.

Desembargador Luiz José Dezena será ministro do Tribunal Superior do Trabalho

Foi aprovada em Plenário ontem a indicação do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região Luiz José Dezena da Silva para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ele ocupará a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Fernando Eizo Ono.

A indicação (MSF 90/2018) recebeu 43 votos favoráveis e 6 contrários.

Ao ser sabatinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no início de outubro, ele comentou a reforma trabalhista aprovada no ano passado, afirmando que não se pode condenar as mudanças na legislação trabalhista de antemão.

— A reforma trabalhista não veio para o mal. Esta Casa, legitimamente, fez a reforma, fez a lei. É um erro dizer que

a lei veio para prejudicar. Todos nós estamos tentando avançar. É evidente que alguns ajustes futuros que se mostrarem necessários em decorrência da aplicação da lei serão feitos.

O futuro ministro também afirmou que o número de novos processos na Justiça do Trabalho caiu inicialmente com a reforma trabalhista, mas que ainda não é possível avaliar se a judi-

cialização será menor do que antes.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), relator da mensagem na CCJ, garantiu que o indicado é “absolutamente compatível” com o cargo que ocupará.

— É um homem extremamente qualificado. Peço a aprovação pelas qualificações pessoais, pela trajetória e pela qualidade que dará ao tribunal.

Vai a Plenário política nacional de desaparecidos

Projeto aprovado pela CCJ cria um banco de informações públicas sobre pessoas desaparecidas e dois bancos de informações sigilosas, um deles com o perfil genético das famílias

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto que cria a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e reformula o atual Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. O texto segue para análise em Plenário.

Segundo a relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), o PLC 144/2017 enfrenta o grave problema do desaparecimento de pessoas no país. O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* apontou 71.796 notificações de pessoas desaparecidas no Brasil em 2016. No período de 10 anos, ao menos 693.076 pessoas foram dadas como desaparecidas.

O projeto reformula o atual Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. O novo modelo será composto por um banco de informações públicas, acessível pela internet, com



Para Lídice da Mata, o acesso público a informações básicas dos desaparecidos é um aspecto positivo do projeto

dados básicos sobre a pessoa desaparecida, e por dois bancos de informações sigilosas — um deles contendo detalhes sobre a pessoa desaparecida e o outro trazendo o perfil genético do desaparecido e o

de seus familiares.

As informações deverão ser padronizadas e alimentadas pelas autoridades de segurança pública competentes para a investigação. Hospitais, clínicas e albergues, sejam públicos

ou privados, deverão informar às autoridades o ingresso ou cadastro em suas dependências de pessoas sem a devida identificação. Para ajudar na localização, o governo poderá promover convênios com

emissoras de rádio e televisão para transmissão de alertas de desaparecimento.

A polícia também terá condições, após autorização judicial, de acessar dados do celular caso haja indícios de risco à vida do desaparecido. Se o caso envolver criança, adolescente ou vulnerável, a investigação começará imediatamente após a notificação, sem a necessidade de esperar qualquer prazo para configurar o desaparecimento.

Para Lídice, o projeto aperfeiçoa a legislação. Um dos aspectos positivos realçados por ela foi a previsão de acesso público às informações básicas sobre as pessoas desaparecidas, que seria atualmente dificultado pela baixa acessibilidade à plataforma do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp).

Aumento do valor dos serviços dos cartórios no DF causa divergência em comissão

Em reunião ontem da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador José Pimentel (PT-CE) apresentou voto em separado a um projeto que aumenta o valor dos serviços dos cartórios do Distrito Federal e prevê a cobrança de novas taxa e alíquota. O voto em separado, que propõe mudanças no texto, causou discussão entre Pimentel e o senador Hélio José (Pros-DF).

Apresentado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o PLC 99/2017 cria uma taxa de 10% e uma alíquota de 7% sobre os serviços notariais no Distrito Federal. A taxa de 10% será destinada a ações

de reaparelhamento da Justiça pelo Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (Projus). A alíquota de 7% destina-se a criar a Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais, uma espécie de fundo em que os cartórios de maior demanda passariam a subsidiar aqueles de menor movimento.

Um registro de casamento, por exemplo, passaria a custar R\$ 281,08, quando hoje é cobrado R\$ 164,75.

No voto em separado, José Pimentel considerou “excessiva” a oneração e observou ainda que os valores propostos seriam superiores aos praticados em

outras unidades da Federação.

— Os serviços cartoriais do Distrito Federal vão ter reajuste de até 740%. Por isso, o meu voto é contrário ao projeto.

Os senadores Eduardo Braga (MDB-AM) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) concordaram com o voto em separado.

Hélio José, no entanto, afirmou não entender a posição de Pimentel. Ele disse que o TJDFT e os demais tribunais do Brasil passam por problemas de custeio, conforme foi mostrado numa audiência na comissão. O senador afirmou ainda que existe uma tentativa de prejudicar o tribunal do DF.

— Todos os presentes na audiência

pública defenderam a importância, a oportunidade, a necessidade, o equilíbrio e a razoabilidade do presente projeto — disse.

Diante da discordância, o presidente da CCJ, Edison Lobão (MDB-MA), lembrou que havia sido acordada uma reunião para que os senadores entrassem num consenso.

Mas Pimentel reclamou que a reunião não foi feita, enquanto Hélio José disse que a reunião aconteceu e que Pimentel não compareceu. Com a ausência da relatora, Rose de Freitas (Pode-ES), Lobão adiou a discussão para a próxima reunião.

Humberto condena fusão de pastas e medidas já anunciadas por Bolsonaro

Humberto Costa (PT-PE) avaliou negativamente os primeiros movimentos do futuro governo de Jair



O senador criticou a fusão das pastas de Meio Ambiente e Agricultura. Para ele, a questão ambiental vai muito além do campo, pois também se relaciona com a construção civil e outras atividades que geram impactos ambientais.

Gleisi afirma que vitória consolida golpe que começou com impeachment

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que a eleição de Jair Bolsonaro é parte do processo que começou com o impeachment de Dilma Rousseff e continuou com a prisão do ex-presidente Lula e com a proibição de sua candidatura.



— Eu queria dizer ao povo que nós vamos estar aqui para resistir. Nós vamos estar aqui para confrontar os retrocessos. Porque se teve um governo que realmente olhou para o povo foi o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Lídice desaprova comportamentos do presidente eleito e de Paulo Guedes

Lídice da Mata (PSB-BA) manifestou preocupação com as posições do presidente eleito Jair Bolsonaro. Segundo a senadora, ele quer decidir tudo “de acordo com o seu próprio pensamento” e pretende ameaçar a liberdade de imprensa e os movimentos da sociedade organizada.

Lídice também criticou a relevância concedida ao futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, que, segundo a senadora, tem uma visão arrogante e preconceituosa da administração pública e procurará impor ao Brasil um programa do “neoliberalismo radical”.

Lindbergh Farias avalia que novo governo não tem chance de dar certo

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que os brasileiros foram iludidos por um candidato que fugiu dos debates.



Por isso, ele acredita que o governo de Jair Bolsonaro não tem qualquer chance de dar certo. O senador criticou a declaração de que as relações

com o Mercosul não terão prioridade.

— O país para onde o Brasil mais exporta é a China. Mas, para a China, a gente exporta commodities. Produtos manufaturados, o país para que o Brasil mais exporta é a Argentina.

Ações em universidades e fala contra jornal mostram truculência, diz Vanessa

Os apoiadores do presidente eleito Jair Bolsonaro são violentos e intolerantes, disse ontem Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Ela citou as ações policiais contra universidades, ataques contra mais de 100 pessoas e a fala contra a *Folha de S.*



Paulo, além do vídeo em que um dos seus filhos ameaça fechar o Supremo.

A senadora também criticou o projeto que inclui na Lei Antiterrorismo, de 2016, a destruição de patrimônio público ou privado (PLS 272/2016).

Ângela critica tarifas após privatização de distribuidora de energia de Roraima

Ângela Portela (PDT-RR) criticou duramente ontem o aumento das tarifas de energia em Roraima. Para ela, o reajuste é resultado direto da privatização da Boa Vista Energia, empresa subsidiária da Eletrobras. A senadora afirmou que a Boa Vista

Energia foi privatizada a um preço muito baixo e que a gestão privada dificultará a implantação de programas sociais

— A distribuidora atende 165 mil unidades consumidoras. Essa operação não foi tratada com qualquer transparência.



Vai a Plenário multa por interrupção de energia

A Comissão de Infraestrutura aprovou projeto de Ronaldo Caiado que obriga as distribuidoras a pagar aos usuários por interrupções no fornecimento. Proposta segue para o Plenário

AS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS de energia elétrica podem ser obrigadas a pagar uma multa aos usuários quando houver interrupção dos serviços. A medida está prevista no PLS 209/2015, aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI). O projeto, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), segue para o Plenário.

O relator, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), deu parecer favorável à proposta que delega a regulamento posterior a fixação dos valores mínimo e máximo das multas. Pelo texto, a reparação pode ser convertida em crédito na conta de luz no prazo de três meses.

Fernando Bezerra incluiu três emendas ao PLS 209/2015. A primeira, de Wilder Moraes (DEM-GO), trata do risco hidrológico. A lei atual obriga as usinas a produzirem uma quantidade mínima de energia. Quando o volume gerado fica abaixo do piso, as hidrelétricas devem pagar uma espécie de multa.

Em alguns casos, a queda é

provocada por fatores hidrológicos, como a seca. Mas, de acordo com as empresas, em outras situações a produção cai por conta de fatores como a política energética do governo e os atrasos na entrega de linhas de transmissão. A emenda isenta as hidrelétricas de multa quando a causa for considerada “não hidrológica”.

— O objetivo básico é retirar da responsabilidade dos geradores hidrelétricos os custos decorrentes de riscos sobre os quais eles não têm nenhuma responsabilidade ou possibilidade de gestão. A emenda cria condições para pôr fim às ações judiciais nas quais se questionam os motivos determinantes da frustração da geração hidrelétrica — argumenta Wilder.

Cemig

A segunda emenda é de Valdir Raupp (MDB-RO). O objetivo é resolver uma controvérsia entre a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a União. Em 2017, um leilão do governo federal



Fernando Bezerra Coelho deu parecer favorável ao projeto e incluiu três emendas apresentadas por senadores

vendeu a grupos estrangeiros usinas que respondiam por metade da geração da empresa.

Por decisão da Justiça, as usinas permaneceram sob controle da estatal mineira mesmo após o fim da concessão. A União cobra da Cemig valores relativos à energia produzida nesse período. Pela emenda de Raupp, o governo federal abre mão desses recursos.

— Além de perder as usinas, a Cemig está sendo questionada sobre a titularidade da energia dessas usinas, que estiveram ainda sob sua gestão

após o fim da concessão por decisão da Justiça. Se a cobrança for levada adiante, levará à desestabilização financeira da Cemig — argumenta Raupp.

Gasodutos

A terceira emenda é de Otto Alencar (PSD-BA) e sugere a criação do Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e Escoamento da Produção, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, para expandir o sistema de dutos de gás natural para todas as capitais.

A decisão da CI sobre o PLS 209/2015 seria terminativa e a

proposta seguiria direto para a Câmara. Mas a comissão decidiu encaminhar recurso ao Plenário para que o projeto seja votado por todos os senadores.

Isso porque, de acordo com o presidente da CI, Eduardo Braga (MDB-AM), as emendas aprovadas tratam do mesmo tema que um projeto de lei rejeitado este ano, o que é vedado pela Constituição. De acordo com Braga, as alterações no PLS 209/2015 só podem ser validadas após aprovação da maioria absoluta do Senado: 41 parlamentares.

Escolhido diretor da Agência Nacional de Mineração

Com 35 votos favoráveis, 7 votos contrários e 1 abstenção, o Plenário aprovou ontem a indicação de Victor Bicca para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM). A aprovação da indicação, relatada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), será comunicada à Presidência da República.

Bicca é formado em geologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), especialista em geociências pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em educação e meio ambiente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Desde 2016, ocupa o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de

Produção Mineral (DNPM).

Na manhã de ontem, em sabatina na Comissão de Infraestrutura (CI), Bicca disse que a lei atual define garimpo como trabalho individual para a extração de minérios a partir de aparelhos manuais ou máquinas portáteis. Mas, segundo o geólogo, não é o que acontece em muitas regiões do país.

Ele pediu que o Congresso aprove a regulamentação para a exploração mineral em terras indígenas.

— Vamos regulamentar o processo de leilão eletrônico. Estamos em processo de fechamento de acordo com a Receita Federal. O processo vai ser eficiente, rápido, transparente e impessoal.

Há expectativa de zerar o passivo das áreas em disponibilidade — afirmou.

Sabatina suspensa

O presidente da CI, senador Eduardo Braga (MDB-AM), suspendeu uma segunda sabatina prevista para ontem. A geóloga Debora Toci Puccini é indicada para o cargo de diretora da ANM, mas o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirmou que ela é ré em um processo instaurado no Rio de Janeiro. A ação, que apura crime contra a administração ambiental, corre em sigilo. Mesmo assim, de acordo com Ferraço, uma decisão provisória proíbe que a geóloga assuma cargos públicos.

Comissões aprovam emendas ao Orçamento 2019

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Desenvolvimento Regional (CDR) e a Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) aprovaram ontem as emendas ao Orçamento 2019 a que têm direito.

O prazo para apresentação de emendas, que seria até hoje, foi remarcado para quarta-feira.

Na CCJ foram quatro emendas, no total de R\$ 1,02 bilhão. Segundo o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), as

emendas foram todas direcionadas a demandas do Ministério da Justiça e do Ministério da Segurança Pública.

Pela CDR, o relator, Paulo Rocha (PT-PA), selecionou quatro emendas no total de R\$ 800 milhões, dentre as 126 propostas dos senadores.

A emenda de maior valor, R\$ 350 milhões, destina-se a investimento em projetos de infraestrutura turística pelo Ministério do Turismo. Duas outras emendas destinam R\$

300 milhões para infraestrutura urbana e R\$ 100 milhões, para as obras de transposição do Rio São Francisco.

O relator na CMMC, deputado Sergio Souza (MDB-PR), escolheu quatro emendas. O maior valor, R\$ 50 milhões, deverá ser usado na recuperação de bacias hidrográficas.

Outra emenda aprovada, de R\$ 20 milhões, se destina ao apoio à pesquisa e ao monitoramento do clima na Amazônia Azul.

Avança projeto que permite abrir empresa pela internet

A abertura e o fechamento de empresas poderão ser feitos pela internet. É o que estabelece projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Pelo PLS 145/2018, de José Agripino (DEM-RN), o cidadão poderá “praticar os atos de constituição, alteração, transformação, incorporação, fusão, cisão, dissolução e extinção de registro de empresários e de pessoas jurídicas” por meio de sistema específico do governo.

O texto insere a possibilidade na Lei 11.598, de 2017, que trata da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim).

Na visão do autor, a informatização de todo o processo de abertura, alteração e fechamento de empresas, bem como a integração entre os diversos entes federativos, resultará em sensível redução no tempo e no custo para se empreender no Brasil. O projeto define que as medidas deverão ser implementadas em até 12 meses após a publicação da lei.

Agripino conta que se inspirou em uma iniciativa do governo do Chile, que desburocratizou o processo

e colocou o país em primeiro lugar na América do Sul no relatório do Banco Mundial de 2017 sobre abertura de empresas.

Segundo Agripino, o banco destaca que, para começar um negócio no Brasil, são necessários 102 dias e 11 procedimentos. Na América Latina, a média é de 32 dias, e de 24 dias na África Subsaariana. Já na Nova Zelândia, é preciso apenas um dia e um procedimento. No ranking de 190 países, o Brasil aparece somente na posição 176.

Eficiência

Otto Alencar (PSD-BA), relator na CCT, é favorável:

“A redução do tempo e do número de procedimentos envolvidos na abertura de empresas e na realização de outras operações relacionadas promoverá, para os usuários, a minimização dos gastos com deslocamento e da quantidade de horas de trabalho dedicadas unicamente a atender exigências burocráticas. Assim, promove-se a eficiência empresarial”, diz o senador no relatório.

A proposta ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Aeroportos regionais podem ter novas regras

Projeto aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional beneficia os terminais localizados na Amazônia Legal, que passam a ter acesso prioritário a novos recursos

FOI APROVADO NA Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) o projeto que aumenta de 800 mil para 1,2 milhão de passageiros/ano o requisito para que aeroportos sejam considerados regionais. Isso garante que terminais na Amazônia Legal, como os de Porto Velho, Santarém (PA) e Macapá, continuem dentro do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional (Pdar), que beneficia aeroportos de médio e pequeno portes.

O projeto aprovado pela comissão vai além: prevê que os recursos do Pdar e do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) sejam aplicados, prioritariamente, na região da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins



O Aeroporto de Tabatinga (AM) é um dos localizados na Região Norte que podem ser beneficiados com o projeto

e parte do Maranhão).

A CDR foi a segunda comissão a avaliar o texto. Na Comissão de Infraestrutura

(CI) a proposta foi modificada para considerar os aeroportos da Amazônia Legal como “de interesse federal”, por serem

os únicos que atendem as populações em locais de difícil acesso naquela região.

O substitutivo da CI deter-

mina ainda que os recursos do Fnac serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento e fomento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica de interesse regional e federal. E, dentro desse limite, a Amazônia Legal é prioridade, diz o texto, que agora segue para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Relator na CDR, Paulo Rocha (PT-PA) lembrou que as empresas aéreas “tendem a se concentrar em rotas de maior demanda e mais atraentes economicamente, localizadas nos grandes centros”.

— O projeto tenta corrigir essa falha de mercado para melhorar a aviação regional — destacou.

Redefinição de inspeção de produtos da apicultura vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou ontem projeto que pretendia retirar mel, cera, própolis, geleia real e demais produtos da apicultura das mesmas regras de inspeção de produtos de origem animal, previstas na

Lei 1.283, de 1950. O projeto (PLC 36/2017) segue para análise do Plenário.

Para o relator, Dalirio Beber (PSDB-SC), que votou pela rejeição do texto, a medida criaria uma lacuna legislativa em relação à fiscalização des-

ses produtos e prejudicaria os apicultores, que dependem da chancela do serviço público de inspeção de produtos de origem animal para a exportação de sua produção.

O senador também considerou equivocada a proposta de caracterização do mel como “produto de natureza mista, elaborado por abelhas melíferas a partir de substâncias de origem vegetal”.

O novo conceito, segundo Dalirio, não se harmonizaria com a definição utilizada pelos órgãos internacionais de referência na área. Além disso, o relator citou uma nota técnica do Ministério da Agricultura segundo a qual essa conceituação retiraria o mel do âmbito de fiscalização do Serviço de Inspeção Federal,

vinculado à pasta. O projeto é de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS).

Previdência

A CAS também rejeitou o PLS 422/2017, de autoria da CPI da Previdência, que pretendia aumentar a contribuição previdenciária para empresas que tiveram redução de pessoal, diminuindo esse percentual para empresas que ampliaram seus quadros.

Para a relatora da proposta na comissão, Ana Amélia (PP-RS), “não é sensível aumentar a tributação de quem já tem dificuldade de empregar”.

O projeto, que agora segue ao Plenário, já havia sido rejeitado também na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Distrofia muscular de Duchenne será tema de audiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai promover audiência pública interativa para discutir formas de melhoria da qualidade de vida de pessoas com distrofia muscular de Duchenne. Um requerimento de autoria de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) foi aprovado pelo colegiado ontem, e a data da audiência deverá ser divulgada nos próximos dias.

A distrofia muscular de Duchenne é uma doença neuromuscular caracterizada por fraqueza e perda de massa muscular rapidamente, de forma progressiva, devido à degeneração dos músculos esquelético, liso e cardíaco. Cerca de um terço dos casos ocorre por mutação genética nova.

Para a audiência pública deverão ser convidados representantes da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (Afag), da Associação Carioca de Distrofia Muscular e da Aliança Distrofia Brasil, além do Ministério da Saúde.



Contrário ao texto, Dalirio Beber acha que medida prejudica apicultor

Avança projeto que exige registro de veículos usados em turismo

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) determina que o guia de turismo que usa carro próprio para trabalhar precisa registrar o veículo no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos

(Cadastur). O registro deve ser feito também no município e no estado onde a atividade for realizada.

A intenção é evitar que o guia seja confundido como motorista de transporte irregular de passageiros, por

exemplo. A proposta (PLC 23/2014) já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e agora segue para votação no Plenário.

Na votação de ontem, o texto ganhou uma pequena mudança de redação. Ori-

ginalmente, ele dizia que o veículo não poderia ter duas portas. Os senadores entenderam que o sentido poderia ser deturpado. Com isso, a proposta passou a exigir veículos com três ou mais portas, sem contar o porta-malas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão aprova acordos de cooperação em defesa

Os projetos, que seguem para votação em Plenário, estabelecem cooperação científica, aquisição de equipamento militar e compartilhamento de experiências de defesa com Espanha e Cabo Verde

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o acordo de cooperação no setor de defesa assinado pelos governos do Brasil e da Espanha. A análise do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 107/2018 segue agora para votação em Plenário.

Pelo texto, as prioridades serão aquisição de produtos e serviços, apoio logístico, desenvolvimento de produtos, pesquisas e planejamento.

O acordo também visa à cooperação científica e tecnológica, à aquisição e utilização de equipamentos e sistemas militares, ao compartilhamento de experiências e conhecimentos no campo operacional e à participação em operações internacionais de manutenção da paz. Também estão previstos exercícios militares combinados, treinamentos e instruções militares.

Para atingir esses objetivos, o acordo permite intercâmbio de instrutores e alunos em



Fernando Collor preside reunião em que os acordos foram aprovados

centros de ensino militar, participação em cursos de especialização e formação em instituições militares, participação em manobras e exercícios mediante o destacamento de unidades e oficiais.

Os países envolvidos também poderão fazer visitas e escalas de navios de guerra, firmar cooperação em matéria de indústria de armamento e implementar programas

compartilhados de tecnologia de defesa.

Cabo Verde

A CRE aprovou também um acordo de cooperação na área da defesa entre os governos do Brasil e de Cabo Verde, de teor semelhante ao assinado com a Espanha (PDS 105/2018). A análise desse acordo também segue para o Plenário do Senado.

Tabagismo custa R\$ 57 bi ao ano, aponta debate

Os custos totais da assistência médica e da perda de produtividade geradas pelo tabagismo são quatro vezes maiores que a arrecadação gerada pelos cigarros no Brasil. Os dados foram apresentados pela representante da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), Alessandra Trindade Machado, durante audiência pública da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

A audiência foi marcada para debater o PLS 769/2015, que propõe novas restrições à produção, apresentação e comercialização de fumígenos. O texto veda a propaganda de cigarros e outros produtos para o fumo e proíbe o uso de aditivos de sabor e aroma a esses produtos. Além disso, padroniza as embalagens de cigarro, consideradas uma forma de publicidade, e prevê como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de 18 anos.

Defensores da indústria do tabaco são contrários ao texto com o argumento de que haverá perda de arrecadação e prejuízo à economia dos municípios produtores. Já representantes da área de saúde lembram os males cau-

sados pelo tabaco, inclusive a crianças e adolescentes.

De acordo com a representante do Conicq, os custos totais da assistência médica de doenças associadas ao tabagismo, somados aos custos de perda de produtividade associada ao consumo de tabaco, é de quase R\$ 57 bilhões ao ano, enquanto a arrecadação dos impostos gerada pelo cigarro é de R\$ 13 bilhões.

— A arrecadação tributária é muito inferior ao que se gasta, o que representa um prejuízo de R\$ 44 bilhões por ano — alertou.

A diretora-executiva da ACT Promoção da Saúde, organização de combate ao tabagismo, Mônica Andreis, citou vários países em que já foram implementadas iniciativas previstas no projeto, como a padronização das embalagens. A proibição de fumo dentro do carro quando houver crianças também já é uma realidade em muitos países.

Economia

A senadora Ana Amélia (PP-RS) pediu à comissão que fosse votado outro requerimento de audiência pública, dessa vez, com pessoas contrárias ao projeto. Deputados que não estavam entre os convidados para o debate pediram a palavra para falar contra o texto.

— O tabaco é uma fonte de renda extremamente impor-

tante para muitas famílias e os prefeitos que estão aqui sabem o que significa para os seus municípios — disse o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), que previu prejuízos especialmente aos estados da Região Sul.

Saúde

O autor do projeto, senador José Serra (PSDB-SP), lembrou que o texto não ataca a oferta de cigarro, ou seja, a indústria, mas sim a demanda pelo produto. Para ele, a questão econômica não pode se sobrepor à saúde dos brasileiros.

— Não é porque uma atividade gera emprego que ela necessariamente é boa para a sociedade. Se o cigarro faz mal, independentemente de gerar emprego, não faz sentido nós deixarmos de combater o tabagismo — argumentou o senador.

O relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), também frisou que o texto não proíbe a produção e o consumo, apenas reduz o incentivo ao fumo. O senador se disse convencido de que o projeto é “extremamente positivo”.

No comando da audiência, o vice-presidente da comissão, senador Airtton Sandoval (MDB-SP), leu várias mensagens enviadas por internautas pelo e-Cidadania, todas favoráveis a medidas de combate ao tabagismo.

Projeto que altera Lei das Teles fica para a próxima semana

Pedido de vista coletiva na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) adiou para a próxima semana a votação do projeto de lei que altera o Marco Legal das Telecomunicações. O pedido, apresentado por vários senadores, veio depois que o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), leu seu voto favorável ao PLC 79/2016.

Em dezembro de 2016, a proposta foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional e enviado para sanção do presidente Michel Temer. No entanto, atendendo a pedido da oposição, o STF determinou a devolução do texto para análise pelo Plenário.

Antes de o ministro do STF Alexandre de Moraes determinar “a análise imediata” dos recursos apresentados ao PLC 79/2016, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, já havia dito que encaminharia o tema para exame das comissões técnicas da Casa, entre elas a CCT.

A proposta tem o apoio das empresas do setor, para as quais o modelo de concessão concebido nos anos 1990 está defasado. Alguns senadores, no entanto, criticaram itens do texto, como a anistia de multas e a dispensa da devolução à União, ao fim das concessões, de parte do patrimônio que as empresas vêm usando e gerindo desde a privatização.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), o patrimônio a ser incorporado pelas concessionárias atingiria R\$ 105 bilhões. Mas as empresas e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) alegam que esses ativos estão depreciados e perderão ainda mais valor até 2025, resultando em um montante de R\$ 20 bilhões.

Entre outros pontos, o texto permite a mudança do sistema de outorga usado hoje para o de autorização, a pedido da concessionária e com autorização da Anatel, mediante o cumprimento de

requisitos específicos, como a garantia da prestação de serviço em áreas sem concorrência e a continuidade dos contratos já assumidos.

Outro requisito exigido é que a prestadora invista em redes de banda larga o saldo gerado na mudança. O projeto também simplifica e acelera a obtenção de autorização e obriga a realização de investimentos em tecnologias para o acesso de pessoas com deficiência.

Ainda segundo o texto, o prazo máximo da concessão será de 20 anos, podendo ser prorrogado várias vezes. A lei atual permite uma única prorrogação, por igual período. A mesma alteração passa a valer para as autorizações, que têm prazo de 20 anos, e para a exploração de satélites, que tem prazo de 15 anos, sem limite de prorrogações. O projeto ainda trata de isenções de tarifas do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e da transferência da autorização de uso de radiofrequências entre prestadores.

Em seu relatório, Flexa sustenta a necessidade urgente de revisão do modelo dada a rápida migração dos serviços de voz para os de banda larga e os móveis.

Crítica

Sobre a crítica do TCU de que há falta de políticas públicas que norteiem o investimento do saldo da conversão de concessões em autorizações, o senador argumenta que a Anatel está elaborando o Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações, que permite ao Executivo ter acesso a dados precisos sobre as necessidades de investimento.

— No atual contexto, a despeito de considerar correta a análise do TCU, que identifica os riscos subjacentes a essa revisão do modelo de telecomunicações, percebe-se que os órgãos responsáveis vêm tomando providências para assegurar o atendimento do interesse público.



Otto Alencar (mesa) preside a audiência sobre mudanças na Lei das Teles

Comissão aprova relatório sobre MP do Saneamento

Texto provocou divergência entre parlamentares e entre participantes de audiência pública realizada mais cedo. Parecer aprovado pela comissão mista ainda precisa passar pelos Plenários da Câmara e do Senado

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória do Marco Legal do Saneamento Básico aprovou ontem o relatório do senador Valdir Raupp (MDB-RO). A MP 844/2018 ainda precisa passar pelos Plenários da Câmara e do Senado. A medida perde a validade no dia 19 de novembro.

Segundo a MP, a Agência Nacional de Águas (ANA) vai regulamentar os serviços públicos de saneamento básico. Antes a atribuição era do Ministério das Cidades. A ANA também fica com a responsabilidade de atuar nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana.

“O objetivo da nova legislação é garantir segurança jurídica aos investimentos no setor de saneamento básico e aperfeiçoar a legislação de gestão dos recursos hídricos, assim como a interação entre as políticas públicas dessas duas áreas”, justifica Raupp.

A oposição, no entanto, criticou a medida provisória.



Senador Valdir Raupp (C) e o presidente da comissão, deputado Hildo Rocha

O texto determina que os municípios realizem licitação para executar obras de água e esgoto. Para alguns parlamentares, isso abre espaço para a privatização do setor.

Mas, para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o poder público não tem dinheiro para financiar os serviços de abastecimento de água e saneamento básico. Ele afirma que a MP vai atrair investimentos privados.

— Água não pode ser tratada como questão ideológica, mas como questão de saúde.

A divergência também foi a marca da audiência pública

realizada ontem pela comissão. A falta de recursos para a área, segundo Edison Carlos, do Instituto Trata Brasil, coloca o país muito atrás no ranking de acesso ao saneamento.

No entanto, para Gilberto Jacobucci, da Frente Nacional dos Prefeitos, as empresas privadas não vão resolver os problemas porque elas buscam antes de tudo o lucro.

Já para a Associação das Empresas Estaduais de Saneamento, a MP deve ser alterada para dar preferência às empresas públicas nas obras do setor.

Senado fará nova audiência sobre a Lei Antiterrorismo

A proposta que altera a Lei Antiterrorismo será discutida em audiência pública prevista para ocorrer em até duas semanas. O requerimento para o debate foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 272/2016, de Lasier Martins (PSD-RS), insere na legislação contra o terrorismo (Lei 13.260, de 2016) condutas que foram vetadas pela ex-presidente Dilma Rousseff no projeto original. Pelo projeto, será considerado terrorismo incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado, além dos atos de interferir, sabotar ou danificar sistemas

de informática ou bancos de dados. A pena prevista será de 12 a 30 anos de reclusão.

O relator, Magno Malta (PR-ES), apresentou emenda para incluir no texto a caracterização da prática de terrorismo também por “motivação política, ideológica ou social”. O temor dos parlamentares contrários é que a mudança viabilize a criminalização dos movimentos sociais, como o MST.

— Peço que a gente discuta com mais propriedade o projeto, pois esse é um passo gigantesco para tornar esse país autoritário — afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ).

Simone Tebet (MDB-MS) alertou para a mudança que poderá tornar a proposta inconstitucional.



Emenda de Magno Malta caracteriza terrorismo por motivação social

ELEIÇÕES 2018

Alessandro Vieira (Rede-SE)



Delegado apoia propostas da Transparência Internacional

Alessandro Vieira diz que vai combater a corrupção

O combate à corrupção é a principal bandeira do senador eleito Alessandro Vieira. Delegado da polícia civil, ele tem 43 anos e já coordenou as áreas de perícia, estatísticas criminais, crimes cibernéticos e homicídios, chegando ao cargo de delegado-geral da Polícia Civil em Sergipe.

— O combate à corrupção é a minha bandeira básica porque entendo que é uma necessidade, até para viabilizar outras bandeiras — explicou.

Vieira informou que faz parte do Movimento Acredito e do RenovaBR, duas iniciativas que buscam mudança na política. Ele disse que apoia as medidas propostas pela Transparência Internacional, movimento mundial de combate à corrupção.

— Há todo um conjunto de projetos de lei que serão apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado, com questões atinentes à reforma política — afirmou.

Rodrigo Cunha (PSDB-AL)



Atual deputado estadual lutará por verbas na educação

Rodrigo Cunha quer povo participativo no Congresso

Uma das caras novas no Senado a partir de 2019, Rodrigo Cunha espera que seu mandato seja uma porta para que a população esteja mais próxima das decisões do Congresso. O senador mais votado em Alagoas, com 895 mil votos, promete estimular a participação da sociedade e o exercício do controle social.

— Quero fazer com que as pessoas se aproximem das decisões. A ideia é estimular o controle social — disse.

Outra prioridade do senador eleito é garantir investimentos em educação.

Aos 37 anos, é filho da deputada federal Ceci Cunha e de Juvenal Cunha, brutalmente assassinados após a diplomação do segundo mandato de Ceci. O episódio é conhecido como Chacina da Gruta.

Rodrigo Cunha foi superintendente do Procon em Alagoas. Em 2014, foi eleito deputado estadual, cargo que exerce atualmente.

Carlos Viana (PHS-MG)



Para Viana, estado precisa voltar a investir em rodovias

Sanar as contas de Minas é o objetivo de Carlos Viana

A renegociação da dívida do estado de Minas Gerais é um dos principais objetivos do senador eleito Carlos Viana. Segundo ele, o estado está em situação financeira crítica e precisa retomar investimentos para, por exemplo, recuperar a malha viária.

— Quero ajudar o estado a refinar a dívida e colocar as contas em dia. Temos os professores e policiais recebendo de forma parcelada e sem data certa. A situação é crítica.

De acordo com Viana, os investimentos são necessários nas rodovias, já que o estado tem a maior malha viária do Brasil. Ele também afirmou ter projetos para minorar a crise hídrica, já que 260 municípios têm risco de seca absoluta e em algumas cidades os moradores passam dias sem água. Viana também afirmou que pretende discutir a questão do meio ambiente, especialmente a luta pela revitalização do Rio São Francisco.